

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-OL - 18/04/2022 - 09h00

Reunião por Videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Márcio Tonelotti (S)
	Renato Galofaro (S)
Assoc. Hortifrutiflores de Jarinu	Cassiano Contesini (S)
BRK Ambiental Limeira	Gláucio Vitorio Madsen (T)
BRK Ambiental Rio Claro	Guilherme Bertagna da Silva (T)
	Crislaine Soares Teixeira (S)
	Rafaela Amanda Morasco (S)
BRK Ambiental Santa Gertrudes	Guilherme Bertagna da Silva (S)
BRK Ambiental Sumaré	Gláucio Vitorio Madsen (T)
	Crislaine Soares Teixeira (S)
	Thais Alves da Silva (S)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
DAAE - Rio Claro	Ricardo Buiocchi Bossi (T)
DAE Jundiaí	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
DAE Valinhos	Daniel Maeda (T)
DAEE	Cecília de Barros Aranha (T)
	Ariana Rosa Bueno Damiano (S)
	Nicolle Passaglia Costa (S)
Edisonda	Letícia dos Santos Daleffe (T)
	Sara Giandomingo (S)
FRC Ambiental	Fábio Renato de Souza Cruz (T)
Geoblue	Deborah Pereira da Silva (S)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Silvia Rocha (T)
P.M. de Cordeirópolis	Adriano Malosso (S)
P.M. de Indaiatuba	Adriano Prochowski (T)
	Roberto Mario Polga (S)
P.M. de Itatiba	José Carlos Maziero (T)
P.M. de Jaguariúna	Paulo Roberto Iamarino (S)
P.M. de Limeira	Gabriela Trigo Ferreira (S)
P.M. de Louveira	Victor Marinheiro (T)
P.M. de Salto	Rodrigo Henrique Antunes (T)
P.M. de Várzea Paulista	Claudemir Santos Gonçalves (T)
Pró-Flor Atibaia	Dirceu Kioshi Hasimoto (S)

SAA	Denis Herisson da Silva (T)
SAAE Atibaia	Claudinei Felício (T)
SABESP	Nilton de Santana (T)
	Renata Harumi Muniz dos Santos (S)
SANASA	Márcio Tonelotti (S)
	Renato Galofaro (S)
SANEBAVI	Luiz Ricardo de Oliveira (T)
Semear Consultoria	Carlos Eduardo da Silva Francisco (T)
SINDAREIA	Jorge Edison Di Rito (S)
Sindicato Rural de Atibaia	Dirceu Kioshi Hasimoto (S)

Membros ausentes	
Entidade	
ABCON	
AEAA Atibaia e Região	
CIESP - DR Campinas	
CISBRA	
DAE Americana	
DAE Santa Bárbara d'Oeste	
Dedini S/A	
Destra Desenvolvimento Mineral	
Mackenzie - Campinas	
P.M. de Itupeva	
P.M. de Jarinu	
Química Amparo	
Renove	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Tainá Moura
	Tiago Georgette
	Felipe Ferreira
BRK Ambiental Sumaré SA	Wesley Rodrigo dos Santos
DAE Valinhos	Bruna Cristina Bufon Soares
Fiscalização Bem Estar Animal	Sem registro de presença no chat

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

**1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 11 de abril de 2022, conforme prazo regimental. **2. Abertura da 95ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças.** A abertura

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-OL - 18/04/2022 - 09h00

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

da reunião foi realizada pela Sra. Cecília de Barros Aranha, representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) do Estado de São Paulo e coordenadora da CT-OL, por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*, onde agradeceu a presença de todos e informou da existência de quórum qualificado para o início da reunião. A Sra. Cecília propôs a inversão dos itens 4 e 6 da pauta encaminhada na convocação e propôs a inclusão da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Sr. Denis Herisson, representante da CATI/SAA, no item 5 da pauta. As propostas foram aprovadas por unanimidade.

**3. Informes. 3.1. Informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.** Os informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) foram transmitidos pelo Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ). **a)** Alteração de representantes na CT-OL: o Sr. Tiago informou que entre a última reunião e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representante do membro Química Amparo (Ypê) solicitando a exclusão da Sra. Ellen Cristina Farias da Silva como sua representante titular, mantendo-se a relação dos demais representantes da entidade. Como essa alteração é de uma entidade já participante, o Sr. Tiago destacou que não cabe aprovação havendo apenas a ciência aos demais membros da CT; **b)** Plano de Capacitação dos Membros dos Comitês PCJ: o Sr. Tiago informou que os Comitês PCJ têm incentivado a participação pelos interessados em cursos e solicitou o envio do certificado para a SE/PCJ, podendo ser realizado os cursos disponíveis em plataformas gratuitas como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo *link* <<https://capacitacao.ead.unesp.br/>> e do Capacita-SIGRH pelo *link* <<https://sigrh.sp.gov.br/capacita>>, e reforçou que também há a possibilidade de realizar os cursos em outras instituições, reforçando que os representantes que concluírem os cursos com temas relacionados a meio ambiente e recursos hídricos, realizados em 2022, encaminhem os certificados para o *e-mail* da SE/PCJ, para que os Comitês PCJ possam demonstrar a capacitação dos membros para obtenção de recursos do PROCOMITÊS; **c)** Aprovação do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Rio Jundiá: o

Sr. Tiago discorreu acerca da aprovação do Plano de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá. O Plano foi aprovado na 27ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ, em 31/03/22, e constitui instrumento de subsídio ao planejamento e gestão com objetivos principais de caracterizar as causas das inundações ocorridas nas zonas urbanas dos municípios da região e apresentar propostas de implantação de ações estruturais e não estruturais, nas áreas urbanas e rurais, relacionadas ao controle de cheias, observando os horizontes de curto (5 anos), médio (10 anos) e longo (20 anos) prazos, sendo que maiores informações podem ser obtidas no *site* da Agência PCJ, por meio do *link* <<https://agencia.baciaspcj.org.br/>>; **d)** Próximas Reuniões dos Comitês PCJ: foram informadas as próximas reuniões agendadas da CT-PL e Plenárias dos Comitês PCJ, sendo que a participação dos membros da CT não é obrigatória, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo elas a 57ª Reunião Extraordinária no dia 06/05/2022 e a 85ª Reunião Ordinária da CT-PL no dia 03/06/2022 e a 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ no dia 29/06/2022, sendo que elas iniciam às 9h com transmissão ao vivo por meio da plataforma do *Youtube*, com *link* a ser disponibilizado na agenda do *site* dos Comitês PCJ; **e)** V Seminário de Saúde Ambiental: convidou a todos para participar deste evento organizado pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ que será realizado no dia 26/04/2022, das 9h às 13h. O evento terá o tema “Segurança da Água” e será discutido em 3 (três) eixos temáticos que dialogam com a Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ, sendo esses: “Qualidade da água e contaminantes ambientais”, “Água para consumo humano: regulação, tecnologias aplicadas e segurança da água” e “Sistema de informação ao consumidor e disponibilização de dados”. O evento é gratuito e mais informações podem ser encontrados no *site* dos Comitês PCJ. **3.2. Informes da Coordenação da CT-OL.** Na sequência, a Sra. Cecília prosseguiu com os informes da coordenação: **a)** Relato sobre a 2ª Reunião do GT-Portaria 888 da CT-SAM: a Sra. Cecília apresentou mais informações sobre a reunião do GT que ocorreu no dia 04/05/2021 e que tratou sobre os

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-OL - 18/04/2022 - 09h00

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

impactos e questões operacionais por meio do controle e monitoramento e os impactos possíveis na aplicação da nova portaria do Ministério da Saúde (MS) que estabelece procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, Portaria GM/MS nº 888/2021, sobre o Relatório Técnico AESBE/ASSEMAE/ABCON/SINDCON, pontos carentes de revisão do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº05/2017, alterada pela Portaria GM/MS nº 888/2021, e sobre itens para elaboração do parecer do GT. A Sra. Cecília informou que está participando do grupo conjuntamente com os Sres. Letícia Daleffe e Sara Giandomingo, representantes da empresa Edisonda, Denis Herisson, representante da CATI/SAA, e Ariana Bueno, representante do DAEE. Reforçou que os representantes da CT-OL no GT pontuaram a questão das licenças sanitárias, onde durante o processo de outorga, o usuário é informado sobre a necessidade de se cadastrar no sistema de informações SISAGUA do Governo Federal, que demandam o registro de vários parâmetros com curta periodicidade de amostragem o que gera trabalho e custos e dificulta muito para os pequenos usuários podendo torná-los irregulares se não fizerem os registros corretamente. Assim, os representantes concordaram com a alteração do termo “licença sanitária” para “cadastro no SISAGUA”, alteração da Resolução SES/SERH/SMA nº 3/2006 para adequação das terminologias de acordo com a Portaria GM/MS nº 888/2021 e o apoio na elaboração do Parecer Técnico do GT quanto ao monitoramento, periodicidade e a inserção de dados no SISAGUA. A Sra. Sara Giandomingo, representante da empresa Edisonda, destacou que não tem sido exigido cadastro no SISAGUA para pessoas físicas, desde que a água não seja oferecida para terceiros. Reforçou que mesmo para os cadastros de Pessoa Jurídica, como quando condomínios, os custos e demandas técnicas requeridas são muito onerosas para as associações, além das dúvidas sobre quem é o responsável pela fiscalização e o controle. A Sra. Cecília agradeceu a colaboração e destacou a importância dos membros da CT-OL participarem desses espaços. A Sra. Cecília convidou um membro da área de saneamento para vir a compor o

grupo e reforçou a participação da Diretoria Regional da Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo. O Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio da SE/PCJ, informou que na CT-SAM apenas Vigilâncias Municipais participam, e que a DR-VISA pode ser convidada a participar como membro ou como convidada do GT após sua formalização. A Sra. Cecília agradeceu e reforçou que os representantes das empresas se manifestem no tempo oportuno; **3.3. Informes dos membros. a)** o Sr. Victor Marinheiro, representante da Prefeitura de Louveira/SP, reforçou o início dos trabalhos para elaboração do Plano de Macrodrenagem do Rio Capivari e convidou os demais membros a contribuírem sobre informações acerca de enchentes e cheias ao longo da calha do rio. O Sr. Luiz Ricardo Oliveira, representante da SANEB/AVI, destacou que o Rio Capivari, próximo ao Condomínio “São Joaquim” possui pontos de alagamentos no município de Vinhedo/SP e que merece atenção da empresa contratada. A Sra. Cecília informou que a empresa Profill, contratada para execução dos trabalhos, é a responsável pela visita aos representantes municipais. O Sr. Tiago Georgette informou que é formado um Grupo de Acompanhamento dos trabalhos com representantes de cada município abrangido e a Coordenação de Projetos da Agência PCJ pode ser contatada para busca de maiores informações; **b)** o Sr. Cassiano Contesini, representante da Associação Hortifrutíferos de Jarinu/SP, questionou sobre a inclusão dos dados no Sistema Remoto de Declaração das Condições de Uso de Captações (SIDECC), já que novos outorgados não receberam o *login* e senha e estão preocupados com o risco de autuação por parte do DAEE. A Sra. Ariana Bueno, representante do DAEE, informou que o procedimento é o mesmo, e quando do cadastro, são informados os responsáveis pelo registro das informações e a recomendação é a espera do contato dos técnicos do DAEE, não havendo autuação nesse ínterim. **4. Aprovação da Ata da 94ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças.** A Sra. Cecília abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta de ata da 94ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças, realizada em 18/02/2022, por

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-OL - 18/04/2022 - 09h00

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

videoconferência, sendo submetida aos presentes que entenderam não ser necessária a leitura da mesma. Assim, a Sra. Cecília colocou em apreciação sendo aprovada por unanimidade. **5. Criação do GT Transitório - Plano de Ação do Planejamento Estratégico:** Na sequência, a Sra. Cecília passou a palavra para o Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), para explicar sobre essa demanda de criação de Grupo de Trabalho relacionado ao Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. O Sr. Tiago explicou que, conforme estabelecido no Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas para os anos 2022-2023, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 392/21, de 10/12/2021, a CT-OL possui algumas ações do planejamento estratégico dos Comitês PCJ a serem discutidas no âmbito da Categoria A, a qual engloba as atividades demandadas pela SE/PCJ para as CTs considerando o Plano das Bacias PCJ 2020-2035, o Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ, PA/PI, PAP-PCJ e POA-PCJ, e atividades de acompanhamento de execução solicitada pela Agência das Bacias PCJ. O Sr. Tiago lembrou que os Comitês PCJ vêm desenvolvendo o seu Planejamento Estratégico desde 2020, onde definiu as Declarações Corporativas (Missão, Visão de Futuro, Atributos da Visão de Futuro e Valores) e a análise SWOT, aprovadas pela da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 116/20, de 30/06/2020. Posteriormente, foi construído pelas coordenações das Câmaras Técnicas (CTs) o Mapa Estratégico e o Plano de Ação do Planejamento Estratégico, para o período 2022 a 2025, aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 379/21, de 07/10/2021. Dessa forma, o Mapa Estratégico e o Plano de Ações para o período 2022 a 2025 é o resultado das discussões que compila as ações a serem desenvolvidas, compreendendo 03 (três) perspectivas, divididos em 08 (oito) temas estratégicos, desenvolvidos em 19 (dezenove) Objetivos Estratégicos (OE) que se desdobram em várias Iniciativas Estratégicas (IE). Para essas ações, foram elencados os responsáveis por sua execução, bem como prazos de conclusão, sendo que algumas ações couberam a uma ou mais Câmara Técnica dos Comitês PCJ. Para a CT-OL coube discutir 3 (três) iniciativas estratégicas, sendo

elas: **i) OE 3 - IE: 01** Aperfeiçoar indicadores para o monitoramento da efetividade dos instrumentos de gestão, alinhados com o Plano das Bacias PCJ. (em articulação com a CT-MH e PB); **ii) OE 3 - IE: 02** Criar estratégias para a avaliação da implementação dos instrumentos de gestão, envolvendo as câmaras técnicas dos Comitês PCJ, com foco no atendimento às ações e metas no Plano das Bacias. (em articulação com a CT-MH e PB); **iii) OE 4 - IE: 03** Aperfeiçoar estratégias de comunicação e de acesso a informações como forma de contribuir para a efetividade operacional dos instrumentos (em articulação com a CT-MH e PB). O Sr. Tiago explicou que, em reunião do GT-Integração das ações das CTs, no âmbito da CT-PL que foi realizada em 10/02/2022, foi acordado que as ações que estavam a cargo de mais de uma CT, apenas uma CT criaria o GT e coordenaria o processo de desenvolvimento, compondo um GT Transitório, estando as demais CTs atuando como convidadas, indicando representantes para participação neste GT. Assim, das 3 (três) ações elencadas, a CT-OL aprovou em sua última reunião ordinária a coordenação das três ações. A Sra. Cecília propôs criar um GT com composição representando as diferentes representações na CT. Após discussão, ficou acordada a participação dos seguintes membros: Associação Hortifrutiflores de Jarinu/SP, com representante a ser indicado posteriormente; SANEBAVI, representado pelo Sr. Luiz Ricardo de Oliveira; BRK Ambiental, com representante a ser indicado posteriormente; DAEE, representado pela Sra. Cecília. Os representantes da BRK Ambiental, PM de Indaiatuba/SP e PM de Louveira/SP solicitaram o encaminhamento de maiores informações para verificação junto às suas instituições a liberação para participação no grupo. A Sra. Cecília agradeceu o apoio e informou que na próxima reunião a formação do grupo será finalizada. **6. GT-Usos da Água e Difusão de Informações em Recursos Hídricos, apresentação dos temas, definição da priorização dos temas e subtemas.** Na sequência, a Sra. Cecília convidou o Sr. Denis Herisson, representante da CATI/SAA, para apresentar o andamento do trabalho para conclusão da minuta de Política de Outorgas dos Comitês PCJ. O Sr. Denis

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-OL - 18/04/2022 - 09h00

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

informou que essa proposta está contida no Plano de Trabalhos 2022-2023 da CT-OL, e que foi discutido amplamente na CT e está em seu processo de revisão final, assim sendo que depois de aprovado pela CT-OL, deverá ser encaminhado para ser apreciado no GT-Integração da CT-PL e tramitar pela CT-PL e aprovação na Plenária dos Comitês PCJ. O Sr. Denis reforçou que o próximo passo será o estabelecimento do Plano de Ação de Implementação da Política. A proposta final da minuta deverá ser apreciada na reunião do GT-Usos e Difusão a ser realizado no dia 03/05 às 14h. Dentro dos assuntos pertinentes à minuta da Política, o Sr. Denis explicou que houve alteração nos critérios para qualificação de usuários rurais caracterizados como agricultores familiares, conforme disposto no Decreto nº 10.688 de 26/04/2021. Na sequência, o Sr. Denis apresentou seu trabalho de conclusão de curso na especialização em gerenciamento de recursos hídricos custeado pelos Comitês PCJ intitulado como “Antimicrobianos em corpos hídricos: um estudo de caso e o enquadramento de recursos hídricos”. O Sr. Denis informou que esse trabalho foi orientado pelo Prof. Dr. Valdemar Luiz Tornisielo do Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo (CENA/USP). Informou que o projeto surgiu de uma parceria do CENA com a CATI para acompanhamento de oito produtores para identificação de contaminação dos antibióticos utilizados em granjas avícolas e seus impactos nos recursos hídricos. O Sr. Denis informou que há a presença de superbactérias nos meios de produção, o que ocasiona uso de antibióticos fortes, e considerando que o Brasil ocupa a segunda posição de maior exportador de carne de frango do mundo, e o estado de São Paulo como quarto maior criador brasileiro, os riscos provenientes da contaminação ambiental causada pelo uso acentuado de antibióticos é real. O uso de fluoroquinolonas como antibiótico pode gerar contaminação ambiental, já que 70% (setenta por cento) do antibiótico utilizado não é digerido pelas aves sendo eliminado por suas excretas, que fica na cama de aviário e que é posteriormente utilizada como adubo orgânico. O Sr. Denis informou que não há regulamentações oficiais que estabeleçam um limite máximo para concentração na água de

antibióticos, e que sua identificação já é possível pela tecnologia disponível. Devido ao motivo da baixa disponibilidade de recursos hídricos nas Bacias PCJ, essa concentração gera riscos maiores, podendo alcançar limites tóxicos e letais para os organismos aquáticos. No estudo, 6 (seis) granjas foram acompanhadas com coleta de amostras de solo, cama de aviário e de corpos hídricos locais. Foi realizada a avaliação dos extratores de solução dos solos em diversas profundidades (20, 40 e 60 cm de profundidade), sendo coletadas 126 (cento e vinte e seis) amostras. As análises foram realizadas por meio de cromatografia líquida acoplada a espectrômetro de massas e de cromatografia líquida acoplada a detectores de arranjo de diodos/ultravioletas (DAD/UV) no Laboratório de Ecotoxicologia do CENA/USP. Foram realizados testes de toxicidade de antibióticos em organismos aquáticos. Como resultado, foram encontrados volumes de 1200 a 8310 µg/kg (um mil e duzentas a oito mil trezentos e dez microgramas do antibiótico por quilograma de massa), nos solos encontrou-se índices de menor que o limite de detecção (LD) até 325 µg/kg (trezentos e vinte e cinco microgramas de antibiótico por quilograma) de solo, sendo não encontrado, abaixo do limite de detecção nos corpos hídricos, já que a fotodegradação quebrou as cadeias moleculares dos antibióticos. Quanto ao resultado de toxicidade, foi verificado que o volume encontrado foi menor que o limite de toxicidade para os organismos estudados. Assim, não foi encontrado um risco grande, mas o monitoramento é necessário e a modernização da tecnologia utilizada em estações de tratamento de água (ETA) é necessária para controlar esses poluentes orgânicos persistentes. O uso de bebedouros mais modernos demonstrou resultado positivo também na diminuição de contaminação do entorno e foi recomendada a exposição da cama de aviário ao sol antes de sua utilização. A Sra. Cecília agradeceu a apresentação e abriu para considerações e dúvidas dos demais membros. O Sr. Cassiano Contesini, representante da Associação Hortifrutiflores de Jarinu/SP, questionou se o uso maior da cama de aviário por conta aumento dos custos dos fertilizantes pode gerar riscos para os alimentos. O Sr. Denis informou que

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-OL - 18/04/2022 - 09h00

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

a literatura mostra que o risco é baixo devido à degradação que o ambiente causa ao antibiótico. O Sr. Michele Consolmagno, representante da CIESP DR-Bragança Paulista/SP, questionou o lento processo de revisão da legislação de enquadramento de corpos de água, já que a atual legislação paulista é de 1977 quando da aprovação da Lei nº 10.755. A Sra. Cecília agradeceu as contribuições e deu sequência à pauta. **6. GT-Enquadramento dos Corpos D'Água, apresentação dos temas, definição da priorização dos temas e subtemas pela coordenadora do GT.** A Sra. Cecília justificou a ausência da Sra. Maria Carolina Hertel Dutra e Simões, representante do DAE Jundiaí, e coordenadora do GT por motivo de consulta médica. A Sra. Cecília informou que na última reunião do GT foi discutida a possibilidade de haver uma apresentação sobre o Caderno de Enquadramento dos Corpos Hídricos, integrante do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, e a Sra. Cecília fará o envio de convite para presença da consultoria contratada para que faça a apresentação do Caderno para os membros da CT oportunamente. Foi discutida a possibilidade de convidar representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) para apresentar o Relatório de efetividade do enquadramento do Rio Jundiaí, já que o Índice de Conformidade ao Enquadramento (ICE) apresentado para os principais rios das Bacias PCJ presente no Plano de Bacias apresenta a situação ruim que os corpos hídricos se encontram. Foi discutido também o planejamento de ações de capacitação dos professores para trabalhar as questões de enquadramento e sobre a realização do *webinar* deste ano a ser realizado pela CT-OL no mês de setembro/2022. **7. Outros assuntos.** A Sra. Cecília abriu para outros assuntos, sendo discutidos os seguintes pontos: **i.** o Sr. Jorge Edison Di Rito, representante do SINDAREIA, informou que empresas do grupo estão atuando com técnicos da SOS Mata Atlântica, oferecendo apoio para que sejam instaladas barreiras de contenção de resíduos ao longo do Rio Jundiaí. A Sra. Cecília informou que recebeu contato dos técnicos da SOS Mata Atlântica solicitando apoio na identificação de locais seguros para a instalação

dessas barreiras já que houve ocorrência de roubos das estruturas atrapalhando o processo de limpeza do rio. A Sra. Cecília informou que essas instalações estão licenciadas pela CETESB e caso alguma instituição deseje apoiar ou receber essas estruturas, pode entrar em contato para ser estudada a possibilidade de crescer mais instalações; **ii.** o Sr. Dirceu Hasimoto, representante do Sindicato Rural de Atibaia/SP, questionou sobre algum avanço no processo de dispersão de loteamentos clandestinos em áreas rurais dos municípios. A Sra. Cecília informou que esse tema deve ser fruto de discussões nos GTs, devido sua pertinência. O Sr. Denis informou que esse tema é urgente e pertinente, mas que ele não cabe na Política de Outorgas, já que como esse tipo de empreendimento é ilegal, fica difícil a inserção de diretrizes na Política. O Sr. Victor Marinheiro, representante da PM de Louveira/SP, reforçou a importância de denunciar esses loteamentos juntos aos órgãos fiscalizadores como o Ministério Público e a CETESB. O Sr. Jorge Edison Di Rito, representante da SINDAREIA, comentou o impacto que esse tipo de loteamento causa na poluição difusa da bacia e no aumento das cheias por conta de problemas causados pela impermeabilização das áreas; **iii.** o Sr. Victor Marinheiro, representante da PM de Louveira/SP, confirmou a apresentação do resultado do seu trabalho de conclusão de curso, que terá como tema “Habite-se e a disponibilidade hídrica” para a reunião do mês de junho/2022. **9. Encerramento:** Foi passada a palavra aos presentes e não havendo manifestação, a Sra. Cecília e a Sra. Ariana agradeceram a presença de todos e foi dada por encerrada a reunião.

Cecília de Barros Aranha  
Coordenadora da CT-OL

Ariana Rosa Bueno Damiano  
Coordenadora-adjunta da CT-OL